



PLANO DE AÇÃO

PROGRAMA FEDERAL DE AÇÕES AFIRMATIVAS

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

EDIÇÃO 1
2025

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Geraldo Alckmin

COMITÊ GESTOR DO PFAA

CASA CIVIL

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

MINISTÉRIO DAS MULHERES

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP

COORDENAÇÃO DO COMITÊ GESTOR

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

PLANO DE AÇÃO

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Temos buscado, junto ao Presidente Lula, contribuir para a construção de uma pauta estratégica que torne o país mais justo e inclusivo. No Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) temos a responsabilidade de deixar um legado voltado à ampliação do acesso e à promoção da diversidade no país, em conformidade com o que estabelece a Constituição Federal em seu artigo 3º. Temos atuado com o propósito de erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

Nosso esforço, no MPO, tem sido o de dotar a Assessoria de Participação Social e Diversidade (Aspad) de canais reais e efetivos para a construção coletiva de agendas de impacto e de transformação. Foi ativo o papel da Aspad nos eventos de escuta social realizados no âmbito do Plano Plurianual Participativo (PPA), em 2023, das Rotas de Integração Sul Americana (2023-2025) e da Estratégia Brasil 2050, neste ano.

Desde o início, a Aspad esteve associada à Secretaria de Articulação Institucional (SEAI) para, juntos, potencializar as ações. Juntas, SEAI e Aspad reuniram agentes da sociedade civil, como a Central Única de Favelas (Cufa) e o Data Favela, na realização da iniciativa "Favela no Mapa", que proporcionou a incorporação, pelo IBGE, de milhões de dados censitários no Censo Demográfico 2022, colhido no

início de 2023. Essa parceria entre SEAI e Aspad também fez surgir o Cine Bloco K – a ressignificação do auditório Celso Furtado como cinema, com exibição gratuita de filmes de temática social e curadoria de nosso chefe da Aspad, Anderson Quack. Assim, também, foi criado o Letramento – reuniões abertas em que diferentes temas sociais foram trazidos à baila para conhecimento, conexão e ampliação de conhecimentos.

Nosso trabalho no MPO também envolveu a Aliança para Gênero e Empoderamento Feminino no Financiamento Internacional, a integração das agendas transversais nas avaliações de políticas públicas conduzidas pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), o projeto SIOP Acessível – voltado à ampliação da acessibilidade digital – e o painel de monitoramento de cargos e funções de confiança, entre outras iniciativas que reafirmam nosso compromisso com a inclusão e a diversidade.

Também promovemos reflexões importantes acerca da equidade de gênero, tanto dentro quanto fora da estrutura física do MPO. Buscamos valorizar e reconhecer o trabalho de mulheres em espaços historicamente negados a elas, reafirmando o compromisso com a promoção da igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, conforme estabelece a Lei nº 14.611, que o presidente Lula sancionou em julho de 2023.

A presença plural e diversa em ambientes de trabalho é essencial para fortalecer uma cultura organizacional mais inclusiva e representativa. É preciso abrir caminhos e promover mudanças significativas em um cenário historicamente marcado pela homogeneidade e por desigualdades estruturais.

O Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA) é fruto de uma articulação com o Ministério da Igualdade Racial, que instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado por aquele Ministério e composto por 16 órgãos do governo federal. Esse esforço coletivo resultou na publicação do Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023, que estabeleceu as diretrizes para a instituição do Programa — um marco importante na consolidação das políticas públicas voltadas à promoção da equidade e da diversidade no âmbito federal.

A consolidação do programa no âmbito do MPO é resultado de um forte propósito de promover ações efetivas de inclusão. Iniciaremos a execução do nosso plano de trabalho, que se constitui como norteador das iniciativas que, ao longo do tempo, podem e devem ser aprimoradas para a consolidação das mudanças necessárias. Temos em mente que superar o processo histórico exige a união de esforços, e estamos comprometidos em acelerar essa transformação e reparar injustiças historicamente perpetuadas.

Simone Tebet

Ministra do Planejamento e Orçamento
(MPO)



MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

Com muita satisfação que o Ministério da Igualdade Racial (MIR), presta deferência e reconhece o esforço dispensado pelo Ministério de Planejamento e Orçamento (MPO), juntamente com apoio do Comitê Gestor do PFAA, coordenado pelo MIR, na consolidação do seu Plano de Ação do Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), aqui apresentado.

O Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA) instituído pelo Decreto nº 11.442, de 21 de março de 2023, com o objetivo de promover direitos e a equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas à população negra, comunidades quilombolas, povos indígenas, às pessoas com deficiência e às mulheres no âmbito da administração pública federal. Coordenado pelo Comitê, composto por oito órgãos: sete Ministérios mais a Escola Nacional de Administração Pública- ENAP.

Este Comitê Gestor tem se dedicado a propor novas políticas públicas de ações afirmativas e/ou realizar ajustes às políticas existentes com vistas ao seu fortalecimento e aperfeiçoamento, no âmbito da administração pública federal direta.

Destaca-se as ações do PFAA na promoção da igualdade de oportunidades por meio de ações afirmativas; equidade nas políticas públicas de forma transversal, interseccional e intersetorial com ações afirmativas; inclusão por meio de políticas de reparação, valorização e acessibilidade;

nas estratégias de conscientização e enfrentamento às desigualdades de raça, etnia, deficiência e gênero; na valorização das contribuições de pessoas negras, quilombolas, com deficiência, indígenas e mulheres na formação da sociedade brasileira.

As ações afirmativas constantes neste Plano de Ação, validadas em diálogo entre o Ministério do Planejamento e Orçamento com o Comitê Gestor do PFAA, são um exemplo do comprometimento do órgão com a promoção de políticas públicas inclusivas e de promoção da diversidade no governo federal.

Enfatiza-se, portanto, o caráter transversal e interseccional do PFAA, considerando as singularidades e vulnerabilidades dos grupos destacados, reforçando o compromisso do Governo Federal, do MIR e, destacadamente do MPO na apresentação deste Plano de Ação na promoção de uma sociedade mais justa e equânime.

Anielle Franco

Ministra da Igualdade Racial

Rachel Barros de Oliveira

Secretária Executiva



PROGRAMA FEDERAL DE AÇÕES AFIRMATIVAS

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO**

Cooperação Técnica RG-T4721 "Geração de Evidências e Fortalecimento de Capacidades para a Inclusão de Povos Indígenas e Afrodescendentes"

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

- Pessoas negras
- Indígenas
- Quilombolas

DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

Trata-se de uma Cooperação Técnica firmada entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA) para ampliar o conhecimento sobre as condições socioeconômicas, os desafios estruturais e as dinâmicas de exclusão que enfrentam as populações indígenas (PI) e afrodescendentes (AD) na região, mediante a geração de evidência, a difusão de pesquisas, e o fortalecimento de capacidades institucionais.

OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

- Gerar produtos de conhecimento sobre as barreiras que enfrentam as PI e AD na região e sistematizar políticas que promovam sua inclusão;
- Fortalecer as capacidades das contrapartes governamentais e equipes BID no desenho e implementação de políticas e projetos para a inclusão de PI e AD;
- Disseminar conhecimento e boas práticas através de eventos de intercâmbios de pesquisa e experiências entre países, e o desenvolvimento de materiais de difusão.

MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Estudos e sínteses de evidências

METAS PARA OS PRIMEIROS 36 MESES

- Elaboração de 2 (dois) estudos regionais com temas prioritários a definir;
- Realização de 5 (cinco) estudos: saúde no Panamá, Guatemala e Colômbia, educação no Uruguai, e mercado de trabalho no Brasil;
- Desenvolvimento de pelo menos 2 (dois) materiais de aprendizagem práticos para transversalizar a atenção a povos originários e população afrodescendente;
- Organização de pelo menos 8 (oito) rodadas de conhecimento internas destinadas às equipes técnicas do BID, com o fim de aprofundar o entendimento sobre as dinâmicas de exclusão que enfrentam essas populações e melhorar a qualidade técnica das operações;
- Realização de pelo menos 2 (dois) workshops regionais para facilitar o diálogo entre atores chave de distintos países, focados em políticas e programas dirigidos a povos originários e população afrodescendente;
- Realização de pelo menos 2 (dois) eventos para o intercâmbio de evidências e iniciativas sobre inclusão étnico-racial na região.

INDICADORES DE METAS

- INDICADOR 1: Número de estudos regionais realizados;
- INDICADOR 2a: Número de estudos sobre saúde no Panamá realizados;
- INDICADOR 2b: Número de estudos sobre saúde na Guatemala realizados;
- INDICADOR 2c: Número de estudos sobre saúde na Colômbia realizados;
- INDICADOR 2d: Número de estudos sobre educação no Uruguai realizados;
- INDICADOR 2e: Número de estudos sobre mercado de trabalho no Brasil realizados;
- INDICADOR 3: Número de materiais de aprendizagem desenvolvidos;
- INDICADOR 4: Número de encontros/reuniões destinadas à equipe do BID realizados;
- INDICADOR 5: Número de eventos / workshops para facilitar o diálogo entre atores chaves de diferentes países;
- INDICADOR 6: Número de eventos / seminários para intercâmbio de evidências e iniciativas;

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos - SMA.

FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

Integração das agendas transversais nas avaliações de políticas públicas conduzidas pelo CMAP – Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

- Pessoas negras
- Indígenas
- Quilombolas
- Mulheres

DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

A proposta busca assegurar que as avaliações de políticas públicas conduzidas pelo CMAP sejam sensíveis às dimensões de gênero, de raça, de etnia e de pessoas com deficiência. Para isso, prevê a incorporação sistemática dessas agendas transversais nas etapas do processo avaliativo, de modo a ampliar a qualidade e relevância social dos resultados produzidos. A iniciativa inclui: desenvolvimento e aprimoramento de instrumentos e metodologias que garantam a consideração dessas perspectivas nos diagnósticos, análises e recomendações; capacitação contínua dos avaliadores (as) e gestores (as) para a condução de análises inclusivas e interseccionais; valorização da diversidade no corpo de avaliadores e estímulo à participação de profissionais de grupos sub-representados; sistematização e divulgação de evidências que revelem desigualdades e orientem políticas públicas mais equitativas.

OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

- Integrar de forma sistemática as dimensões de gênero, raça, etnia e

pessoas com deficiência às avaliações produzidas pelo CMAP;

- Capacitar gestores (as) e avaliadores (as) para a aplicação de metodologias inclusivas e interseccionais;
- Ampliar a diversidade no corpo de avaliadores (as), promovendo maior representatividade de grupos sub-representados;
- Produzir e divulgar evidências que orientem políticas públicas mais equitativas.

MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

- Políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática;
- Estabelecimento de metas destinadas a ampliar a participação e a inclusão dos referidos grupos.

METAS PARA OS PRIMEIROS 36 MESES

Estabelecer as bases metodológicas, institucionais e informacionais para a integração sistemática das dimensões de gênero, raça, etnia e pessoas com deficiência nas avaliações conduzidas pelo CMAP.

- 50% das avaliações produzidas, no período, com recortes interseccionais de gênero e raça presentes em 12 meses;

- 50% das avaliações produzidas, no período, com recortes interseccionais de gênero e raça presentes em 12 meses;
- Diagnóstico de diversidade do corpo avaliador concluído em 6 meses;
- Banco de avaliadores implementado em 8 meses;
- Conteúdo de módulo de capacitação (condução de análises inclusivas e interseccionais) desenvolvido e validado em 12 meses;
- Análise de estoque das avaliações já concluídas pelo CMAP, com foco na diversidade, realizada em 10 meses;
- Relatório Anual de Avaliação com seção sobre diversidade institucionalizado em 12 meses.

Ampliar a aplicação das agendas transversais nas avaliações executivas e iniciar a formação prática dos avaliadores e gestores.

- 65% das avaliações produzidas, no período, com recortes interseccionais de gênero e raça presentes em 24 meses;
- 50% das avaliações produzidas, no período, com recortes interseccionais de etnia e pessoas com deficiência presentes em 24 meses;
- Primeira turma de capacitação ofertada (análises inclusivas e interseccionais), com pelos menos 50 participantes em 24 meses;
- Aumentar em 10% a representatividade de avaliadores(as) negros(as), mulheres, indígenas ou pessoas com deficiência em até 18 meses;

Consolidar a integração das agendas transversais em todas as avaliações executivas e fortalecer a diversidade no corpo de avaliadores.

- 100% das avaliações produzidas, no período, com recortes interseccionais de gênero, raça, etnia e pessoas com deficiência presentes em 36 meses;
- 40% do corpo de avaliadores(as) e 30% dos gestores;
- Aumentar em 20% a representatividade de avaliadores(as) negros(as), mulheres, indígenas e pessoas com deficiência em até 36 meses;

Institucionalizar a prática de avaliações sensíveis às agendas transversais no CMAP, com mecanismos permanentes de formação, monitoramento e divulgação de evidências.

- Capacitação permanente institucionalizada e disponível em formato EAD.

INDICADORES DAS METAS

- Percentual de avaliações executivas concluídas no período que apresentam recortes interseccionais;
- Existência de relatório diagnóstico publicado com dados de raça, gênero, etnia e deficiência;
- Banco de avaliadores(as) implementado e disponível para consulta;
- Módulo de capacitação sobre metodologias inclusivas finalizado e validado pela instância responsável (SMA/Enap) Relatório de análise de estoque das avaliações concluídas;
- Publicação do Relatório Anual de Avaliação contendo seção dedicada à diversidade;
- Percentual de avaliações executivas concluídas no período com recortes interseccionais;
- Nº de participantes certificados na primeira turma de capacitação;

- Percentual de avaliadores(as) de grupos sub-representados no corpo avaliador;
- Percentual de avaliações executivas concluídas no período com recortes interseccionais;
- Percentual de avaliadores(as) e gestores(as) que concluíram capacitação em metodologias inclusivas;
- Percentual de avaliadores(as) de grupos sub-representados no corpo avaliador;
- Curso EAD de capacitação inclusiva disponível na plataforma oficial (ex.: Enap).

UNIDADE RESPONSÁVEL

Subsecretaria de Gestão, Formulação e Uso de Avaliação de Políticas Públicas/ Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos - SAPP/SMA.

FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

Programa de Capacitação em Financiamento Externo para Gestoras do Brasil

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Lideranças e gestoras públicas subnacionais que atuem em áreas estratégicas de planejamento, captação de recursos e gestão de projetos.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

A capacitação em financiamento externo tem foco abrangente, passando pelas fases de elaboração, aprovação e execução dos projetos, a partir de exposições técnicas sobre os aspectos legais e procedimentais para estruturação das operações e da apresentação de casos para referência e discussão. Também se apresentam os programas, as políticas e os projetos concretos em execução no país, para compartilhamento de boas práticas e de oportunidades para novos projetos que busquem atender demandas prioritárias dos estados e municípios.

Primeira edição em 2024: governadoras, vice-governadoras, prefeitas, vice-prefeitas e secretárias de estado.

Segunda edição em 2025: Gestoras que ocupam cargos nas áreas de planejamento, fazenda, administração e casa civil de entes subnacionais, sendo os municípios com mais de 80.000 habitantes ou 50.000 para municípios de fronteira, liderados por mulheres.

OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

Capacitar as gestoras públicas a conhecerem as possibilidades de financiamento externo e aplicá-las de forma estratégica, desenvolvendo políticas públicas que promovam a diversidade, a inclusão e a igualdade de gênero.

MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Fortalecimento das capacidades governamentais para maior inclusão dos referidos grupos na gestão de políticas públicas, com foco em equidade.

METAS PARA OS PRIMEIROS 36 MESES

- capacitação presencial oferecida a cada 12 meses;
- oferecer uma mentoria em elaboração de pleitos para gestoras a cada 24 meses;
- Ofertar um curso virtual na plataforma da ENAP no prazo de 25 meses.

INDICADORES DAS METAS

- Número de cursos ofertados por ano - Quantifica o total de cursos de capacitação presenciais oferecidos no período de um ano sobre financiamento externo para gestoras públicas subnacionais.

- Número de gestoras públicas capacitadas
 - Conta o total de gestoras públicas (prefeitas, secretárias, diretoras, coordenadoras, técnicas) que concluíram com sucesso os cursos de capacitação em financiamento externo no período monitorado.
- Número de gestoras capacitadas que apresentaram pleito de financiamento externo à Comissão de Financiamento Externo (Cofix) - Conta quantas gestoras públicas que participaram do programa de capacitação efetivamente submeteram pleitos de financiamento externo à Cofix dentro do período de monitoramento.
- Número de pleitos aprovados pela Comissão de Financiamento Externo (Cofix) que foram apresentados por gestoras capacitadas - Conta quantos pleitos submetidos à Cofix por gestoras capacitadas foram aprovados para financiamento externo.
- Número de turmas da capacitação oferecidas por ano - Quantifica o total de turmas do curso virtual de capacitação em financiamento externo oferecidas em cada ano pela ENAP.
- Número de gestoras capacitadas por ano na modalidade online - Conta quantas gestoras públicas concluíram com sucesso a capacitação virtual em financiamento externo oferecida pela ENAP em cada ano.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento – SEAD.

FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

Aliança para Gênero e Empoderamento Feminino no Financiamento Internacional

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Mulheres

DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

Aliança do Ministério do Planejamento e Orçamento com instituições como Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW Bankengruppe), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), para ampliar a presença de mulheres nos projetos financiados com recursos externos e incorporar a equidade de gênero às estratégias de financiamento internacional, por meio de compromissos dentro dos seguintes eixos de objetivos: Promoção da Igualdade de Gênero em Projetos de Desenvolvimento; Fortalecimento da Cooperação para Inclusão de Gênero; Capacitação e Empoderamento; Transparência e Acompanhamento; e Mobilização de outros Atores.

OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

Geral: Promover o empoderamento feminino e a igualdade de gênero em projetos de financiamento externo, como forma de contribuir para o desenvolvimento sustentável, pleno, justo e equitativo.

Específicos: i) priorizar o empoderamento feminino e a igualdade de gênero como elementos centrais nos projetos de

financiamento com recursos externos; ii) formalizar e expandir as iniciativas de cooperação existentes com foco na promoção do empoderamento feminino e da igualdade de gênero; iii) apoiar programas de treinamento e capacitação que fortaleçam o papel das mulheres em processos econômicos e financeiros; iii) promover a transparência na implementação das políticas descritas nos itens i), ii) e iii), proporcionando o acompanhamento contínuo dos objetivos assumidos; e mobilizar, sempre que possível, outros atores relevantes, incluindo governos subnacionais, setor privado e sociedade civil, para aderirem à agenda de empoderamento feminino e igualdade de gênero em projetos de desenvolvimento.

MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Fortalecimento das capacidades governamentais para maior inclusão dos referidos grupos na gestão de políticas públicas, com foco em equidade.

METAS PARA OS PRIMEIROS 36 MESES

- Realizar encontros anuais dos membros da aliança para estabelecer novas adesões e compartilhar aprendizados.
- Meta: 1 encontro por ano.
- Elaborar guia prático (com padrões e boas práticas) para incorporar indicadores e componentes de gênero em projetos de financiamento externo.
- Meta: 1 guia técnico elaborado e publicado no âmbito da Aliança.

- Criar rede colaborativa interinstitucional para projetos sensíveis a gênero.
- Meta: Implantar uma rede colaborativa com governos subnacionais, instituições multilaterais e sociedade civil.

INDICADORES DAS METAS

- Número de encontros da Aliança realizados por ano - Mede a quantidade de encontros (presenciais ou virtuais) organizados no âmbito da Aliança entre o Ministério e as instituições multilaterais para tratar do tema do empoderamento feminino e igualdade de gênero em projetos de financiamento externo.
- Número de materiais produzidos e publicados sobre como incorporar indicadores e componentes de gênero em projetos de financiamento externo - Quantifica os materiais técnicos (guias, manuais, cartilhas, relatórios, notas técnicas ou estudos de caso) desenvolvidos e divulgados pela Aliança para apoiar a integração de indicadores e componentes de gênero em projetos de financiamento externo.
- Número de instituições integrantes da rede colaborativa ativa - Mede a quantidade de instituições que participam ativamente da rede colaborativa criada no âmbito da Aliança (ex.: governos subnacionais, multilaterais, órgãos federais, entidades da sociedade civil).

UNIDADE RESONSÁVEL

Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento – SEAID.

FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

Agenda Transversal da Igualdade Racial

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Pessoas Negras e Quilombolas

DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

No Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, o estímulo ao olhar transversal sobre as políticas públicas vem desde o início das oficinas realizadas para a sua elaboração. Participaram delas tanto autoridades e técnicos do Ministério da Igualdade Racial, quanto convidados de outros órgãos. As oficinas auxiliaram na formulação de reflexões mais amplas sobre públicos e temas, assim como sobre as possibilidades de atendimento e acompanhamento das transversalidades por meio do plano.

Os resultados da identificação e debate sobre as transversalidades na formulação dos programas do PPA conformaram as agendas transversais, cuja definição elucida seu propósito: "conjunto de atributos que encaminha problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva". São cinco as agendas transversais definidas para o PPA 2024-2027: 1) Crianças e adolescentes; 2) Mulheres; 3) Igualdade racial; 4) Povos indígenas; e 5) Ambiental.

Quanto à de igualdade racial, há atributos em 46 dos 88 programas finalísticos, com 117 objetivos específicos, 239 entregas e 155

medidas institucionais e normativas, sob a responsabilidade de 22 ministérios que assumiram compromissos relacionados com a agenda de igualdade racial.

O relatório da Agenda Transversal Igualdade Racial, publicado em 2024 pela Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento – SEPLAN/MPO, sistematiza os compromissos do Governo Federal, para os próximos quatro anos, no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial em seis dimensões: 1) Garantia de direitos e cidadania plena; 2) Educação e formação para inclusão e empregabilidade; 3) Proteção e promoção da cultura, história, memória e saberes ancestrais; 4) Direito à terra e à produção; 5) Políticas para quilombolas; 6) Capacidade institucional, articulação e participação. O relatório está disponível em:

https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/copy_of_arquivos/relatorios-planejamento-nacional/agenda-transversal-igualdade-racial-pt.pdf

ou em:

https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/copy_of_arquivos/lei-do-ppa-2024-2027/agendas-transversais-atributos-legais-e-infralegais.pdf

Por sua vez, o relatório publicado pela SEPLAN/MPO em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MPO no ano de 2025 com os resultados do monitoramento do PPA para o ano de 2024 (Relatório Agenda Transversal Igualdade Racial: ano-base 2024) está disponível em:

https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/paginas/2025_05_08_1805_igualdade-racial.pdf

OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

Promover a inclusão de pessoas negras e quilombolas por meio de políticas públicas de ações afirmativas para fins de reparação, valorização e acessibilidade.

Valorizar a contribuição histórica de pessoas negras e quilombolas na formação da sociedade brasileira.

MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Política de acessibilidade comunicacional.

METAS PARA OS PRIMEIROS 36 MESES

- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal Igualdade Racial (2026, ano-base 2025).
- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal Igualdade Racial (2027, ano-base 2026).
- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal Igualdade Racial (2028, ano-base 2027).

INDICADORES DAS METAS

- Relatório de monitoramento da Agenda Transversal Igualdade Racial de 2026 (ano-base 2025) publicado.
- Relatório de monitoramento da Agenda Transversal Igualdade Racial de 2027 (ano-base 2026) publicado.
- Relatório de monitoramento da Agenda Transversal Igualdade Racial de 2028 (ano-base 2027) publicado.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Nacional de Planejamento – SEPLAN e Secretaria de Orçamento Federal – SOF do Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO.

FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

Agenda Transversal dos Povos Indígenas

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Indígenas

DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

No Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, o estímulo ao olhar transversal sobre políticas públicas vem desde o início das oficinas realizadas para a sua elaboração. Participaram delas tanto autoridades e técnicos do Ministério dos Povos Indígenas, quanto convidados de outros órgãos. As oficinas auxiliaram na formulação de reflexões mais amplas sobre públicos e temas, assim como sobre as possibilidades de atendimento e acompanhamento das transversalidades por meio do plano. Os resultados da identificação e debate sobre as transversalidades na formulação dos programas do PPA conformaram as agendas transversais, cuja definição elucida seu propósito: "conjunto de atributos que encaminha problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva". São cinco as agendas transversais definidas para o PPA 2024-2027: 1) Crianças e adolescentes; 2) Mulheres; 3) Igualdade racial; 4) Povos Indígenas; 5) Ambiental.

Quanto à de igualdade racial, há atributos em 46 dos 88 programas finalísticos, com 117 objetivos específicos, 239 entregas e 155 medidas institucionais e normativas, sob a responsabilidade de 22 ministérios que

assumiram compromissos relacionados com a agenda de igualdade racial.

OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

Promover a inclusão de indígenas por meio de políticas públicas de ações afirmativas para fins de reparação, valorização e acessibilidade.

Valorizar a contribuição histórica de indígenas na formação da sociedade brasileira.

MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Política de acessibilidade comunicacional.

METAS PARA OS PRIMEIROS 36 MESES

- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal dos Povos Indígenas (2026, ano-base 2025).
- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal dos Povos Indígenas (2027, ano-base 2026).
- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal dos Povos Indígenas (2028, ano-base 2027).

INDICADORES DAS METAS

- Relatório de monitoramento da Agenda Transversal dos Povos Indígenas de 2026 (ano-base 2025) publicado.
- Relatório de monitoramento da Agenda Transversal dos Povos Indígenas de 2027 (ano-base 2026) publicado.
- Relatório de monitoramento da Agenda Transversal dos Povos Indígenas de 2028 (ano-base 2027) publicado.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Nacional de Planejamento – SEPLAN e Secretaria de Orçamento Federal – SOF do Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO.

FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

Agenda Transversal das Mulheres

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Mulheres.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

No Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, o estímulo ao olhar transversal sobre políticas públicas vem desde o início das oficinas realizadas para a sua elaboração. Participaram delas tanto autoridades e técnicos do Ministério das Mulheres, quanto convidados de outros órgãos. As oficinas auxiliaram na formulação de reflexões mais amplas sobre públicos e temas, assim como sobre as possibilidades de atendimento e acompanhamento das transversalidades por meio do plano. Os resultados da identificação e debate sobre as transversalidades na formulação dos programas do PPA conformaram as agendas transversais, cuja definição elucida seu propósito: "conjunto de atributos que encaminha problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva". São cinco as agendas transversais definidas para o PPA 2024-2027:

- 1) Crianças e adolescentes;
- 2) Mulheres;
- 3) Igualdade racial;
- 4) Povos Indígenas;
- 5) Ambiental.

OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

Promover a inclusão de mulheres por meio de políticas públicas de ações afirmativas para fins de reparação, valorização e acessibilidade.

Valorizar a contribuição histórica de mulheres na formação da sociedade brasileira.

MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Política de acessibilidade comunicacional

METAS PARA OS PRIMEIROS 36 MESES

- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal das Mulheres (2026, ano-base 2025).
- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal das Mulheres (2027, ano-base 2026).
- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal das Mulheres (2028, ano-base 2027).

INDICADORES DAS METAS

Relatório de monitoramento da Agenda Transversal das Mulheres de 2026 (ano-base 2025) publicado.

Relatório de monitoramento da Agenda Transversal das Mulheres de 2027 (ano-base 2026) publicado.

Relatório de monitoramento da Agenda Transversal das Mulheres de 2028 (ano-base 2027) publicado.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Nacional de Planejamento – SEPLAN e Secretaria de Orçamento Federal – SOF do Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO.

FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

SIOP Acessível: Evolução da Acessibilidade Digital

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Pessoas com deficiência

DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

Iniciativa para realizar um diagnóstico completo e implementar melhorias contínuas de acessibilidade na plataforma do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e do Painel do Orçamento. O objetivo é adequar o sistema às diretrizes do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) e das Recomendações de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG), garantindo que não haja barreiras de acesso e uso para pessoas com deficiência.

OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

- Garantir que pessoas com deficiência possam utilizar o SIOP e o Painel do Orçamento de forma autônoma e eficiente;
- Diagnosticar e corrigir barreiras de acessibilidade existentes nos módulos do sistema;
- Capacitar a equipe de desenvolvimento em práticas de design e desenvolvimento acessível;
- Incorporar a acessibilidade como requisito mandatório no ciclo de vida de desenvolvimento de software do SIOP e do Painel do Orçamento.

MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática.

METAS PARA OS PRIMEIROS 36 MESES

- Realizar diagnóstico de acessibilidade nos principais módulos do SIOP e Painel do Orçamento, gerando um relatório de conformidade com a eMAG/WCAG (até 8 meses).
- Implementar correções de alta prioridade e baixo esforço ("quick wins"), como ajustes de contraste, alternativas em texto para imagens e melhorias básicas na navegação por teclado (até 12 meses).
- Elaborar o plano de capacitação para a equipe de desenvolvimento sobre práticas de desenvolvimento acessível (até 9 meses).
- Corrigir 50% das barreiras de acessibilidade mais relevantes identificadas no diagnóstico (ex: formulários, estrutura semântica, mensagens de erro) (até 24 meses).
- Realizar o primeiro ciclo de capacitação técnica para 100% da equipe de desenvolvimento (até 18 meses).
- Iniciar a prototipação e desenvolvimento de alternativas acessíveis para componentes complexos (relatórios dinâmicos, painéis de BI) (até 24 meses).

- Corrigir 90% das barreiras de acessibilidade complexas remanescentes, garantindo a conformidade dos módulos priorizados (até 36 meses).
- Integrar testes automatizados de acessibilidade no processo de integração contínua (CI/CD) (até 30 meses)
- Publicar a Declaração de Acessibilidade do SIOP e Painel do Orçamento (até 36 meses).

INDICADORES DAS METAS

- Relatório de diagnóstico de acessibilidade concluído e aprovado;
- Percentual de correções de alta prioridade e baixo esforço implementadas;
- Plano de capacitação elaborado (Sim/Não);
- Percentual de correções relevantes implementadas;
- Número de colaboradores da equipe técnica que concluíram a capacitação;
- Protótipos de componentes complexos acessíveis desenvolvidos e validados;
- Percentual de conformidade de acessibilidade dos módulos priorizados;
- Ferramentas de verificação de acessibilidade integradas ao pipeline de desenvolvimento (Sim/Não);
- Declaração de Acessibilidade publicada no site (Sim/Não).

UNIDADE RESPONSÁVEL

Coordenação-Geral de Tecnologia de Sistemas/SETEC/SOF

FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução

Curadoria Cultural e calendário da diversidade

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

- Pessoas negras;
- Indígenas;
- Quilombolas;
- Pessoas com Deficiência;
- Mulheres;

DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

Lista de filmes, livros, eventos etc. relacionados às pautas de diversidade e participação a ser divulgada periodicamente entre todos os colaboradores do MPO, juntamente com o Calendário da Diversidade. O calendário será elaborado com foco em destacar datas relevantes sobre temas de participação social e diversidade.

OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

- Fortalecer uma cultura organizacional mais diversa, respeitosa e segura;
- Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas;
- Promover a diversidade e a inclusão como valores centrais;
- Criar espaços seguros de escuta e reflexão;
- Incorporar a diversidade ao cotidiano do MPO.

MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática

METAS PARA O ANO DE 2026

- Produzir 6 (seis) artefatos do Calendário da Diversidade;
- Realizar 6 (seis) Curadorias Culturais.

INDICADORES DAS METAS

- Aumento em 25% da percepção de inclusão na pesquisa de clima
- Ampliação em 30% na participação interáreas

UNIDADE RESPONSÁVEL

Assessoria de Participação Social e Diversidade

FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução

Seminário sobre Participação Social e Diversidade

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

- Pessoas negras;
- Indígenas;
- Quilombolas;
- Pessoas com Deficiência;
- Mulheres;

DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

Promoção de seminário sobre ações de participação social e diversidade.

O Seminário sobre Participação Social e Diversidade tem como propósito promover o diálogo entre o Ministério do Planejamento e Orçamento e a sociedade civil, com foco na valorização da diversidade e na ampliação da participação de grupos historicamente sub-representados nos processos de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. O evento buscará fomentar o intercâmbio de experiências, fortalecer redes de participação e construir recomendações para a incorporação de perspectivas de equidade racial, de gênero, territorial e de acessibilidade nas ações do Estado. A atividade incluirá mesas temáticas, oficinas participativas e espaços de escuta ativa, garantindo acessibilidade física, comunicacional e linguística, de modo a assegurar a inclusão plena de todos os públicos beneficiários.

OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

- Promover o diálogo intersetorial e intercultural entre o poder público e representantes de grupos sociais diversos, visando fortalecer a democracia participativa e a equidade nas políticas públicas;
- Ampliar a visibilidade e o protagonismo de pessoas negras, indígenas, quilombolas, mulheres e pessoas com deficiência nos espaços de participação;
- Sensibilizar servidores e gestores públicos para a importância da diversidade e da inclusão como princípios orientadores da gestão pública e do planejamento governamental;
- Identificar desafios e propostas concretas para o aprimoramento dos mecanismos de participação social, considerando recortes de raça, gênero, território e deficiência;
- Consolidar um plano de recomendações e encaminhamentos produzidos no seminário, com vistas à incorporação das pautas de diversidade e inclusão nas ações e programas do Ministério do Planejamento e Orçamento.

MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática

METAS PARA O ANO DE 2026

Realizar 1 (um) Seminário sobre Participação Social e Diversidade no Ministério do Planejamento e Orçamento.

INDICADORES DAS METAS

Relatório de execução do seminário, contendo lista de participantes, registros do evento e relatório técnico com recomendações e encaminhamentos.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Assessoria de Participação Social e Diversidade.

FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em planejamento e formulação.

Organização de cartilhas para os servidores do MPO sobre temas relacionados à participação social e diversidade

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

- Pessoas negras;
- Indígenas;
- Quilombolas;
- Pessoas com Deficiência;
- Mulheres;
- LGBTQIAPN+;
- Criança e Adolescente etc.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

Elaboração de cartilhas para os servidores do MPO sobre temas relacionados à participação social e diversidade.

A ação consiste na elaboração, produção e divulgação de cartilhas informativas e educativas voltadas para os servidores e servidoras do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), com o objetivo de promover a sensibilização, o aprendizado e a incorporação dos princípios de diversidade, equidade, inclusão e participação social na gestão pública.

As cartilhas abordarão temas como:

- equidade racial e de gênero;
- direitos das populações indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência;
- enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à LGBTQIAPN+fobia e a outras formas de discriminação;
- participação social e controle social das políticas públicas;
- comunicação inclusiva e acessível.

O material será desenvolvido com linguagem clara e acessível, priorizando formatos digitais e impressos acessíveis (com recursos de audiodescrição, leitura fácil e tradução em Libras), e poderá ser utilizado em ações formativas internas, oficinas e capacitações. A iniciativa visa consolidar uma cultura institucional de respeito à diversidade e de valorização da participação social como diretriz transversal nas atividades do MPO.

OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

- Sensibilizar e capacitar os servidores do MPO sobre a importância da diversidade, da equidade e da participação social nas políticas e práticas institucionais.
- Disponibilizar materiais educativos de referência que orientem o comportamento institucional e apoiem o planejamento e a execução de políticas públicas inclusivas.
- Fortalecer a cultura organizacional do MPO com base nos princípios de respeito, inclusão e promoção dos direitos humanos.
- Contribuir para o combate a todas as formas de discriminação no ambiente de trabalho, promovendo atitudes e práticas mais éticas e acolhedoras.
- Ampliar o alcance e a compreensão dos servidores sobre as pautas de diversidade e participação social, estimulando o engajamento institucional em ações afirmativas e participativas.

MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática.

METAS PARA O ANO DE 2026

Elaborar 1 (uma) cartilha temática sobre participação social e diversidade até dezembro de 2026.

INDICADORES DAS METAS

Cartilha elaborada e publicada.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Assessoria de Participação Social e Diversidade.

FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em planejamento e formulação.

Cine Bloco K

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

- Mulheres;
- Pessoas com Deficiência;
- Indígenas;
- Quilombolas;
- Pessoas negras;
- LGBTQIAPN+;
- Criança e adolescentes etc.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

O "Cine Bloco K" é uma ação com periodicidade mensal realizada pelas Assessorias de Participação Social e Diversidade do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), com o apoio da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC), com a exibição de filmes de longa, média e curta metragens e documentários a respeito das temáticas que valorizam a cultura popular, história, memória e a produção audiovisual brasileira e que dialogam com os desafios das políticas públicas do país.

OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

- Fortalecer uma cultura organizacional mais diversa, respeitosa e segura;
- Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas;
- Promover a diversidade e a inclusão como valores centrais;

- Criar espaços seguros de escuta e reflexão
- Incorporar a diversidade ao cotidiano do MPO

MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática

METAS PARA O ANO DE 2026

Realizar 6 (seis) sessões do Cine Bloco K

INDICADOR DA META

Sessões realizadas e relatórios de execução do evento, registros fotográficos e audiovisuais.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Assessoria de Participação Social e Diversidade.

FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

Criação de BI (Business Intelligence) para monitoramento do percentual de ocupação de cargos comissionados

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

- Pessoas negras

DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

Elaboração de um BI para monitoramento da ocupação dos cargos em comissão para atendimento do Decreto nº 11.443, de 21 de março de 2023.

OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

Monitorar o cumprimento do percentual definido no referido Decreto.

MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Políticas de cotas ou reservas de vagas

METAS PARA ATÉ 12 (DOZE) MESES

Preenchimento de trinta por cento dos cargos em comissão para os níveis 1 a 12 e 13 a 17, por pessoas negras até a data de 31 de dezembro de 2026.

INDICADOR DA META

30% de ocupação dos cargos em comissão por pessoas pretas e pardas.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica – SAGE.

FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

